



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 01/2005 - Ingresso

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Código 2

➤ Língua Portuguesa

Questão 01

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- A) Adjudicação / mixto / parêntese / avaro
- B) Nascituro / rubrica / silvícola / subitem
- C) Possessória / ex-titular / usocapião / luso-brasileiro
- D) Privilégio / vicepresidente / retro-venda / texto

Questão 02

Assinale a alternativa em que todas as palavras, isoladamente ou em expressões e frases, estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- A) Analisar / quiseram / taxa judiciária / formalisar
- B) Cessão de direitos / um quê de timidez / chegar à São Paulo / líder
- C) Hoje ele argúi / ontem eu argüi / a anciã pára o trânsito / bônus
- D) Juiz / pôr à venda / raizes / pêlo de gato

Questão 03

“O cidadão **vem** procurar o Notário e o Registrador porque **crê** na prestância deles e **mantém** a certeza de receber orientação de profissionais qualificados.”

Suponha que, nessa frase, se passe o sujeito **cidadão** para o plural.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que as formas verbais destacadas, na ordem em que aparecem na frase, devem ser substituídas, **respectivamente**, por

- A) vêm, crêem e mantêm.
- B) vêm, crêm, mantêm.
- C) vêem, crêm e mantêm.
- D) vêm, crêem e mantem.

Questão 04

Leia este trecho, atentando, sobretudo, para as lacunas nele deixadas:

“Recebidos, na semana vindoura, os embargos declaratórios, se o juiz não _____ seu convencimento sobre a questão em litígio e _____ a decisão já prolatada ou se o embargante não _____ novo recurso cabível, consumir-se-á a coisa julgada.”

É **CORRETO** afirmar que, considerando-se a ordem em que aparecem no trecho, essas lacunas devem ser preenchidas, **respectivamente**, por

- A) rever, mantiver e interpuser.
- B) revir, manter e interpuser.
- C) revir, mantiver e interpor.
- D) revir, mantiver e interpuser.

Questão 05

Assinale a frase em que a concordância verbal está **CORRETA**.

- A) Fazem três meses que eles viajaram.
- B) Não saberiam dizer se o autor ou o réu venceriam a demanda.
- C) Sentir uma coisa e dizer outra caracterizam a pessoa dissimulada.
- D) Sou eu quem resolvo a questão.

Questão 06

Assinale a alternativa em que tanto a **classe** quanto a **função** da palavra destacada na frase estão **CORRETAMENTE** indicadas entre colchetes.

- A) Aquele advogado argumenta **que** argumenta. [CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA CAUSAL / CONECTIVO]
- B) Ele **se** permitiu breve digressão. [PRONOME PESSOAL OBLÍQUO REFLEXIVO / OBJETO INDIRETO]
- C) Não percebi **se** alguém entrara. [CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA CONDICIONAL / CONECTIVO]
- D) Um **quê** de sinceridade marcou a entrevista do Presidente. [PRONOME INDEFINIDO / SUJEITO]

Questão 07

Assinale a alternativa em que o verbo **haver** está **CORRETAMENTE** empregado.

- A) Havia anos seu filho não ganhava presente de Natal.
- B) O usuário finalmente reconhece que a lei mudou havia muito tempo.
- C) Patriotas haverão, muitos, que se apresentarão como voluntários.
- D) Podem haver descontentes em todos os estamentos sociais.

Questão 08

Assinale a alternativa em que o termo destacado qualifica **CORRETAMENTE** a linguagem a que se faz referência na frase transcrita.

- A) A linguagem **conotativa** é adequada para o ensino das ciências exatas.
- B) A linguagem dos instrumentos notariais e de registro deve ser unívoca, **denotativa**.
- C) “Quadrado é um quadrilátero formado de quatro lados iguais e quatro ângulos retos” é exemplo de linguagem **conotativa**.
- D) Quando diz que “uma velhinha de cem anos mora no coração da floresta”, o poeta está empregando linguagem **denotativa**.

Questão 09

Assinale a alternativa em que a frase transcrita exemplifica **CORRETAMENTE** a figura de linguagem indicada entre colchetes.

- A) “A vida é breve e Rui, longo.” [ONOMATOPÉIA]
- B) “Amigos, não há amigos.” [PARADOXO]
- C) “Palavras amargas entristecem.” [ANTÍTESE]
- D) “Vendo livros e ele, quadros.” [COMPARAÇÃO]

Questão 10

Assinale a alternativa em que estão **CORRETOS** o gênero, o número e o grau de todos os substantivos e adjetivos.

- A) Olhos mais grandes que bonitos / Meritíssimo julgador / Pai amicíssimo / Mestre sapientíssimo
- B) O telefonema / o celeuma / duas gramas / o zeugma
- C) Cabeleira castanho-escura / ipês amarelo-ouro / os sem-terra / os decretos-leis
- D) Primeiras-damas / literatura anglo-americana / olhos azulinhos / lamentos débeis

Questão 11

Assinale a alternativa em que a flexão da forma verbal destacada está **INCORRETA**.

- A) Dez cidades **haviam**-no **reelegido** e seu adversário não fora eleito.
- B) José **interveio** na discussão, apoiando o colega.
- C) Não **abusa** de ambigüidade se você não quer perder o respeito dos amigos.
- D) Os tabeliães **precaveram**-se contra falsificações de assinaturas em documentos.

Questão 12

“Sabemos que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição da República.”

Considerando-se a função dos termos e orações que compõem esse período, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a oração cujo sujeito é o substantivo **competências** se classifica como subordinada integrante predicativa.
- B) a última oração do período se classifica como subordinada relativa adjetiva restritiva.
- C) o pronome relativo *tem*, na oração que introduz, a função sintática de sujeito.
- D) o termo **Constituição** exerce a função de complemento agente da voz passiva.

Questão 13

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está **INCORRETA**.

- A) A maior parte dos doutrinadores ensinam que lei complementar é lei ordinária.
- B) Busca-se, nesta hora grave da vida nacional, homens magnânimos.
- C) Os Tabeliães e Registradores somos muito fiscalizados — disse o Notário.
- D) Tudo são risos e alegria no início e, depois, algumas coisas mudam.

Questão 14

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está **INCORRETA**.

- A) Aquele advogado é conhecedor profundo dos direitos Civil e Penal.
- B) O candidato provou estar quite com o Serviço Militar.
- C) Obrigado — disse-lhe a funcionária antes de sair da sala.
- D) Os inimitáveis Fernando Pessoa e Camões consagram a Língua Portuguesa.

Questão 15

Assinale a frase em que a regência verbal está **INCORRETA**.

- A) Custava-lhe suportar barulhos.
- B) Informar a processos ele não queria mais.
- C) O preposto deve obedecer à orientação do titular.
- D) Sua argumentação não convencia a ninguém.

Questão 16

Assinale a frase em que a regência verbal está **INCORRETA**.

- A) Esquecem-se os nobres Deputados de que há compromisso permanente com o decoro.
- B) O único homem de cujos conselhos sinto falta é meu pai.
- C) O velho professor preferiu a aposentadoria que a falta de respeito dos alunos.
- D) Só me lembro de que ele ficou em dúvida quando trouxeram a registro um contrato antigo.

Questão 17

Assinale a alternativa em que o uso dos pronomes pessoais e do infinitivo está **INCORRETO**.

- A) Certos políticos costumam pensar neles mesmos e em mais ninguém.
- B) É uma vergonha ficarmos inertes, quando todos protestam.
- C) Não viemos aqui para vê-los chorar sobre leite derramado.
- D) O texto ficou ótimo para eu ilustrar e, com certeza, será sucesso.

Questão 18

Indique a alternativa em que o uso dos modos verbais está **INCORRETO**.

- A) Não desfaça o negócio, que você pode arrepender-se.
- B) Não fosse o amor à família, ele já teria desistido de fazer as provas.
- C) O Meritíssimo Juiz talvez não tenha aplicado corretamente a norma expressa do Código de Processo.
- D) Todos confirmaram que o prêmio tivesse saído para o Rio.

Questão 19

Considerando-se a estrutura do vocábulo **averbássemos**, é **INCORRETO** afirmar que

- A) **a-** é radical.
- B) **-verba-** é tema verbal da primeira conjugação.
- C) **-sse-** é desinência do pretérito imperfeito do subjuntivo.
- D) **-mos** é desinência da primeira pessoa do plural.

Questão 20

Leia atentamente este trecho:

“Ei-la aí a cólera santa! Eis a ira divina!

Quem, senão ela, há de expulsar do templo o renegado, o blasfemo, o profanador, o simoníaco? quem, senão ela, exterminar da ciência o apedeuta, o plagiário, o charlatão? quem, senão ela, banir da sociedade o imoral, o corruptor, o libertino? quem, senão ela, varrer dos serviços do Estado o prevaricador, o concussionário e o ladrão público? quem, senão ela, precipitar do governo o negociismo, a prostituição política ou a tirania? quem, senão ela, arrancar a defesa da pátria à cobardia, à inconfidência, ou à traição?”

Rui Barbosa

Com base nessa leitura, é **CORRETO** afirmar que

- A) o autor fala de “cólera santa” e de “ira divina”; o correto, portanto, seria estar no plural o pronome **ela** que aparece em cada uma das interrogações seguintes.
- B) o autor usa, como recurso expressivo, a repetição de conectivos, ao enumerar as pessoas maldosas, nas três primeiras interrogações do trecho.
- C) o trecho não é uma seqüência de fatos nem de aspectos; trata-se de uma seqüência de raciocínios e de arazoados, própria da dissertação ou da “oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser”.
- D) os vendedores de indulgências, assim como os agentes públicos que praticam o peculato e a extorsão, não figuram entre os maus que se enumeram no trecho.

➤ **Conhecimentos Gerais de Direito**

Questão 21

É **CORRETO** afirmar que, na execução de sentença contra a Fazenda Pública Municipal, inexistindo oposição de embargos, a requerimento da parte exeqüente, deve o Juiz requisitar o pagamento por intermédio

- A) de penhora *on line*.
- B) do Presidente do Tribunal.
- C) do Secretário da Fazenda Municipal.
- D) do sistema BANCEJUD.

Questão 22

É **CORRETO** afirmar que o Tabelião ou Registrador, ao inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social de empregado sua declaração diversa da que deveria ter sido escrita, comete crime de

- A) estelionato.
- B) falsidade ideológica.
- C) falsificação de documento particular.
- D) falsificação de documento público.

Questão 23

Sabe-se que o Oficial do Registro Público, o Tabelião de Notas ou o Tabelião de Protestos estão sujeitos à requisição de certidões necessárias à prova das alegações das partes.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que tal requisição pode ser feita

- A) a qualquer tempo e em qualquer Grau de Jurisdição.
- B) a qualquer tempo, mas somente no Primeiro Grau de Jurisdição.
- C) antes da sentença, mas somente no Primeiro Grau de Jurisdição.
- D) antes da sentença, tanto pela Justiça Comum quanto pela Justiça Especializada.

Questão 24

Pelo princípio da continuidade do serviço público, entende-se que o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade e que não podem ser interrompidas; daí, a aplicação desse princípio aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

É **CORRETO** afirmar que, quanto ao exercício da função pública, constituem aplicação do princípio da continuidade os institutos

- A) da substituição, da suplência e da delegação.
- B) da submissão, da suplência e da delegação.
- C) da substituição, da suplência e da delegação.
- D) da substituição, da suplência e da legação.

Questão 25

É **CORRETO** afirmar que são pessoas jurídicas

- A) **de direito privado** as associações, as sociedades e as fundações.
- B) **de direito público externo** os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito nacional público.
- C) **de direito público interno** a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por estatutos.
- D) **de direito público interno** a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por decreto.

Questão 26

É **CORRETO** afirmar que, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o Juiz, a requerimento de qualquer interessado, lhe nomeará administrador

- A) definitivo.
- B) facultativo.
- C) oficial.
- D) provisório.

Questão 27

Considerando-se tipos diversos de documento, é **CORRETO** afirmar que

- A) **a cópia fotográfica de documento**, conferida por Tabelião de Notas, vale como prova de declaração de vontade, mas, impugnada sua autenticidade, será, facultativamente, exibido o original.
- B) **a prova** não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.
- C) **o telegrama**, quando lhe for contestada a autenticidade, faz prova mediante conferência com a fotocópia autenticada.
- D) **os documentos redigidos em língua estrangeira**, para ter efeitos legais no País, serão, facultativamente, traduzidos para o português.

Questão 28

É **CORRETO** afirmar que, para os efeitos legais, se consideram **bens móveis**

- A) as energias que tenham valor econômico.
- B) as energias que tenham valor ideal.
- C) os direitos ideais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações independentes.

Questão 29

Considerando-se suas especificidades características, é **CORRETO** afirmar que são **bens**

- A) **consumíveis** os móveis cujo uso importa conservação imediata da própria substância.
- B) **divisíveis** os que se podem fracionar com alteração na sua substância, com diminuição considerável de valor ou com prejuízo do uso a que se destinam.
- C) **fungíveis** os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- D) **singulares** os que, embora separados, se consideram de per si, independentemente dos demais.

Questão 30

Pelo art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal, não há incidência do imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Considerando-se que se trata de uma proibição constitucional, é **CORRETO** afirmar que, **juridicamente**, esse fato se enquadra como

- A) anistia.
- B) diferimento.
- C) imunidade.
- D) isenção.

Questão 31

Analise estas afirmativas concernentes à homologação de sentença estrangeira e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () A competência para a homologação desse tipo de sentença é do Superior Tribunal de Justiça.
- () Não será homologada sentença que ofenda a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- () Não será homologada sentença que ofenda a ordem nacional, a soberania pública e os bons costumes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 32

Analise estas afirmativas concernentes à demarcação de terras e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Poderá o autor requerer a demarcação com queixa de esbulho ou turbação, formulando, também, o pedido de restituição do terreno invadido.
- () Os réus que residirem na comarca serão citados pessoalmente e os não-residentes nela, por carta precatória.
- () Para levantamento do traçado da linha demarcanda, o Juiz nomeará dois agrimensores e um arbitrador.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (F)
- D) (V) (F) (V)

Questão 33

Analise estas afirmativas concernentes à força probante de um documento, feito por Oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Sendo subscrito pelas partes, esse documento não tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- () Não subscrito pelas partes, esse documento tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- () Sendo subscrito pelas partes, esse documento tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 34

Analise estas afirmativas concernentes à responsabilidade tributária de Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação acessória pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem responsáveis.
- () Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem responsáveis.
- () Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo responsável, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem contribuintes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 35

Analise estas afirmativas concernentes à competência para legislar e cobrar o imposto de transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é do Estado da situação do bem ou, ainda, do Distrito Federal.
- () Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é do Município da situação do bem ou, ainda, do Distrito Federal.
- () Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é da União.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 36

Analise estas afirmativas concernentes a defeitos do negócio jurídico e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.
- () A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é nula nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- () Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito ou o simples temor reverencial.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 37

Analise estas afirmativas concernentes à nacionalidade brasileira e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- () São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- () Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (V) (F) (V)
- C) (V) (V) (F)
- D) (V) (V) (V)

Questão 38

Analise estas afirmativas concernentes à classificação dos bens públicos e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () São considerados bens **dominicais** os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- () São considerados bens **de uso comum do povo** os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Federal, Estadual, Territorial ou Municipal, inclusive os de suas autarquias.
- () É considerado bem **de uso especial** o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F)
- B) (F) (F) (V)
- C) (F) (V) (F)
- D) (V) (F) (V)

Questão 39

Analise estas afirmativas concernentes às modalidades de tombamento e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Quanto à eficácia, o tombamento pode ser provisório ou definitivo.
- () Quanto aos destinatários, o tombamento pode ser geral ou individual.
- () Quanto à constituição ou ao procedimento, o tombamento pode ser de ofício, voluntário ou compulsório.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (V) (F) (V)
- C) (V) (V) (F)
- D) (V) (V) (V)

Questão 40

Analise estas afirmativas concernentes aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Ao Juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.
- () O prazo para contestar é de 10 dias.
- () A sentença poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

➤ **Conhecimentos Gerais de Direito Notarial e de Registro**

Questão 41

Considerando-se o previsto na Constituição da República, é **CORRETO** afirmar que compete à União Federal legislar

- A) **alternativamente** com os Estados e Distrito Federal sobre registros públicos, emolumentos e custas dos serviços forenses.
- B) **concorrentemente** com os Estados, Distrito Federal e Municípios sobre registros públicos e direito notarial.
- C) **privativamente** sobre registros públicos.
- D) **subsidiariamente** com os Estados, Distrito Federal e Municípios sobre registros públicos e emolumentos.

Questão 42

Considerando-se os prepostos dos serviços notariais e de registros, é **CORRETO** afirmar que

- A) os Escreventes Substitutos responderão civilmente pelos danos que, na prática de atos próprios da serventia, causem a terceiros, assegurado o direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos respectivos Titulares.
- B) os Escreventes Substitutos responderão criminalmente pelos ilícitos penais praticados no exercício da delegação, desde que já responsabilizados civil e administrativamente.
- C) um, entre os Escreventes Substitutos, será designado, pelo Notário ou Oficial de Registro, para praticar todos os atos que lhe sejam próprios, sem exceção, desde que autorizado pelo respectivo Titular.
- D) um, entre os Escreventes Substitutos, será designado, pelo Notário ou Oficial de Registro, para responder pelo serviço nas ausências e impedimentos do Titular, com imediata comunicação ao Juiz Diretor do Foro.

Questão 43

É **CORRETO** afirmar que os Notários e Registradores estão sujeitos a

- A) acumular o exercício da atividade notarial e de registro com o desempenho de mandato eletivo, uma vez diplomados e empossados.
- B) compatibilizar o exercício da atividade notarial e de registro com o da advocacia ou o de cargo, emprego ou função públicos comissionados, em horários não coincidentes, por força de direito adquirido.
- C) manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros; atender às partes com eficiência, urbanidade e presteza; dar recibo dos emolumentos percebidos pela prática dos atos do seu ofício, cujas tabelas devem ser afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público; e fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que, entre outros, devem praticar.
- D) praticar atos do seu ofício no interesse de cônjuge e de parentes, na linha reta ou na colateral, consangüíneos ou afins, a partir do terceiro grau.

Questão 44

É **CORRETO** afirmar que a fiscalização dos atos notariais e de registro será exercida

- A) pelo Curador de Registros Públicos da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro, tal como prevê o Estatuto Profissional dos Notários e Registradores — Lei Federal n. 8.935, de 1994.
- B) pelo Juiz de Registros Públicos da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro, conforme determina a Lei de Organização e Divisão Judiciárias — Lei Complementar Estadual n. 59, de 2001, com a redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual n. 85, de 2005.
- C) pelo Juízo competente, que, segundo a legislação do Estado de Minas Gerais, se trata do Juiz Diretor do Foro da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro.
- D) pelo Juízo competente, tal como previsto na repartição de competência da Justiça Comum Estadual, na Constituição da República.

Questão 45

É **CORRETO** afirmar que aos Tabeliães de Notas compete,

- A) **com exclusividade**, lavrar escrituras, procurações e testamentos públicos.
- B) **com exclusividade**, formalizar juridicamente a vontade das partes.
- C) **com exclusividade**, intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal.
- D) **simultaneamente** com os Escreventes Substitutos, lavrar testamentos.

Questão 46

Considerando-se o Tabelionato de Notas, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete privativamente ao(à) Titular de um Tabelionato de Notas proceder à lavratura e ao registro de atas notariais.
- B) é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- C) é obrigatória, havendo mais de um Tabelionato de Notas na mesma localidade, a antecipada distribuição dos títulos.
- D) pode o Tabelião de Notas praticar atos de seu ofício igualmente fora do Município para o qual recebeu delegação, mediante prévia autorização do Juiz Corregedor permanente.

Questão 47

É **CORRETO** afirmar que é atribuição dos Oficiais de Registros

- A) expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis, desde que requeridas por escrito.
- B) praticar os atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os Oficiais de Registros de Imóveis e Cíveis das Pessoas Naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.
- C) praticar os atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os Oficiais de Registros de Imóveis e Cíveis das Pessoas Naturais e Jurídicas às normas que definirem as circunscrições geográficas.
- D) receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação por escrito.

Questão 48

Considerando-se os emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete aos Estados e ao Distrito Federal fixar o valor deles, observadas as normas previstas em lei federal, a correspondência entre o efetivo custo e a adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, permitindo-se o reajuste de seu valor com a publicação das respectivas tabelas até o último dia do ano, respeitado o princípio da anterioridade.
- B) é competência privativa do legislador federal fixar o valor deles, levando em conta, para tanto, a natureza pública e o caráter social dos Serviços Notariais e de Registro, atendidas as peculiaridades socioeconômicas de cada região.
- C) há previsão legal para cobrança das partes interessadas de quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos, por força da interpretação analógica.
- D) serão cotados os atos relativos a situações jurídicas sem estimativa financeira ou de conteúdo econômico inestimável tendo em conta a capacidade contributiva do interessado, observando-se faixas previamente estabelecidas com valores mínimos e máximos para grupos de atos específicos de cada serviço.

Questão 49

Considerando-se o previsto na Lei Estadual n. 15.424, de 2004, é **CORRETO** afirmar que

- A) as averbações feitas de ofício, as concernentes ao transporte de ônus da matrícula e aquelas relacionadas ao encerramento de uma matrícula em razão da abertura de outra ficam sujeitas ao pagamento de emolumentos contidos em tabela própria.
- B) o Notário e o Registrador podem cobrar do usuário emolumentos por ato retificador ou renovador em razão de erro escusável do Serviço Notarial ou de Registro.
- C) os emolumentos possuem como fato gerador a prática de atos específicos pelos Titulares dos Serviços Notariais e de Registro e serão pagos pelo interessado que solicitar o ato — pessoa natural ou jurídica —, no seu requerimento ou na apresentação do título, mediante o fornecimento de recibo circunstanciado com a cotação dos valores cobrados à margem do documento a ser entregue ao contribuinte.
- D) os valores recebidos a título de emolumentos e taxa de fiscalização judiciária não serão restituídos se houver desistência do interessado da prática do ato notarial ou de registro.

Questão 50

Considerando-se que o território do Estado é dividido para efeito da Administração Judiciária, é **CORRETO** afirmar que a Lei Complementar Estadual n. 59, de 2001, com a redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual n. 85, de 2005, prevê que

- A) a comarca engloba as circunscrições, distritos e subdistritos judiciários, todos contíguos, e um deles será sua sede.
- B) a comarca se constitui de dois ou mais municípios, reunidos em área contínua, sempre que possível, tendo por sede a do Município que lhe der o nome.
- C) a Corte Superior do Tribunal de Justiça, uma vez instalada a comarca e especificados seus distritos judiciários, autorizará, por meio de resolução a ser expedida por ela mesma, a criação dos respectivos Serviços Notariais e de Registro.
- D) haverá, no distrito sede da comarca instalada, um Serviço de Notas, um Serviço de Registro de Imóveis, um Serviço de Registro das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas, um serviço de Protestos de Títulos e um Serviço de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas.

Questão 51

É **CORRETO** afirmar que a fiscalização dos Serviços Notariais, de Registro e da Justiça de Paz, a fim de lhes verificar a regularidade e para conhecer de reclamação ou denúncia apresentada, dar-se-á por meio de

- A) correição extraordinária, de forma geral ou parcial, quando realizada pelo Corregedor-Geral de Justiça.
- B) correição ordinária, de forma geral ou parcial, quando realizada pelo Curador de Registros Públicos, no limite de sua competência.
- C) processo disciplinar, na hipótese de a transgressão disciplinar constar em autos, estar caracterizada em documento escrito, constituir flagrante desacato ou desobediência, podendo ser determinado, como medida cautelar, o afastamento preventivo do exercício do cargo servidor por 90 dias, prorrogável por mais 30, sem prejuízo da remuneração e assegurada a ampla defesa.
- D) sindicância, composta a Comissão respectiva por servidores estáveis, para apurar fato ou circunstância para determinação de responsabilidade disciplinar do Notário, do Registrador ou do Juiz de Paz.

Questão 52

Nos termos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, bem como do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que a homologação de convênios entre a Administração Pública direta e indireta do Estado e os Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais, que visam à prestação de serviços de interesse da comunidade local ou de interesse público, é atribuição administrativa

- A) da Corte Superior do Tribunal de Justiça.
- B) do Corregedor-Geral de Justiça.
- C) do Juiz Diretor do Foro.
- D) do Presidente do Tribunal de Justiça.

Questão 53

É **CORRETO** afirmar que, nos termos do seu Regimento Interno — Resolução n. 420, de 1º de agosto de 2003 —, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais se organiza e funciona pelos seguintes órgãos, sob a direção do Presidente,

- A) Presidência, Primeira Vice-Presidência, Segunda Vice-Presidência, Terceira Vice-Presidência, Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Conselho da Magistratura, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais, Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, Comissões Especiais Permanentes, Comissões Especiais Temporárias e Memória do Judiciário Mineiro.
- B) Presidência, Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Câmaras Cíveis, Câmaras Criminais, Câmara Especial para Julgamento de Agentes Políticos, Câmara Especial para Julgamento de *Habeas Corpus* e outras Medidas Urgentes, Conselho da Magistratura e Conselho Estadual da Justiça.
- C) Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Grupo de Câmaras Cíveis, Grupo de Câmaras Criminais, Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Conselho da Magistratura, Câmara Especial de Férias, Comissões Permanentes e Comissões Temporárias.
- D) Tribunal Pleno, Órgão Especial, Corregedoria-Geral de Justiça, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais, Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais, Conselho da Magistratura, Comissões Permanentes e Temporárias e Conselho Estadual de Justiça.

Questão 54

Considerando-se o que dispõe a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, bem como o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais — Resolução n. 420, de 1º de agosto de 2003 —, é **CORRETO** afirmar que o julgamento de recursos contra atos ou decisões do Corregedor-Geral de Justiça, bem como dos Juízes de Direito, referentes a reclamações sobre percepção de custas ou emolumentos, compete, no Tribunal de Justiça,

- A) à Corte Superior.
- B) às Câmaras Cíveis Isoladas.
- C) ao Conselho da Magistratura.
- D) ao Tribunal Pleno.

Questão 55

Considerando-se o disposto na Lei n. 6.015 — Lei dos Registros Públicos —, de 1973, e na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, é **CORRETO** afirmar que a deflagração do processo de dúvida relativo aos registros públicos

- A) independe de prévia prenotação do título no Livro-protocolo do Serviço de Registro, pois tal via processual é adequada à resolução de consultas, caso em que será decidida pelo Juiz Diretor do Foro.
- B) interrompe a contagem do prazo de 30 dias que garante a prioridade do registro até sentença judicial passada em julgado, possibilitando o acesso de títulos contraditórios perante o fólio real.
- C) pressupõe a existência de título prenotado no Livro-protocolo do Serviço de Registro e a formulação de exigência por escrito do Oficial, relativamente a que não se conforme ou a que não possa satisfazer o interessado.
- D) não impede o registro de título contraditório com número de ordem superior no Livro-protocolo, relativamente a que não tenha sido formulada exigência.

Questão 56

Considerando-se o princípio da publicidade, é **CORRETO** afirmar que

- A) a alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida deve, de regra, em proteção ao interesse do terceiro de boa-fé, ser mencionada obrigatoriamente pelo Oficial, não obstante as especificações do pedido, sob pena de sua responsabilidade civil ou penal.
- B) a certidão será lavrada apenas em inteiro teor ou em resumo, não podendo ser retardada por mais de cinco dias úteis.
- C) o Oficial que receber alguma petição fornecerá nota de entrega, devidamente autenticada, ao interessado, desde que solicitado a fazê-lo.
- D) os Oficiais e os Encarregados dos Serviços de Registro sujeitos ao regime estabelecido na Lei dos Registros Públicos — Lei n. 6.015, de 1973 — são obrigados a lavrar certidão somente do que lhes for requerido por escrito.

Questão 57

Considerando-se os atos praticados pelos Oficiais Registradores sujeitos ao regime estabelecido na Lei dos Registros Públicos — Lei n. 6.015, de 1973 —, é **CORRETO** afirmar que

- A) a **averbação** consiste em qualquer alteração no registro já existente, só podendo ser praticada mediante sentença judicial, pois atinge o direito da parte.
- B) a **comunicação** e a **anotação** independem de qualquer provocação do interessado ou de ordem judicial, constituindo-se atos de ofício, privativos e obrigatórios, em exceção ao princípio da instância, pois visam a dar segurança às relações jurídicas, notadamente nas remissões recíprocas entre um e outro(s) assento(s).
- C) a **transcrição** é ato praticado na coluna específica do Livro de Registro, à margem do assento, e, na sistemática da legislação concernente aos Registros Públicos, pode ser averbada por ordem judicial para inserção de dados não constantes no assento original.
- D) o **registro** equivale ao assentamento propriamente dito, distinguindo-se, assim, da designação genérica que engloba a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.

Questão 58

O procedimento registral tem início com o desempenho da função qualificadora, que consiste no exame prévio dos títulos e documentos exibidos para registro, em sentido amplo.

Considerando-se que tal função tem por escopo garantir a segurança e a eficácia dos atos jurídicos previstos na lei civil, é **CORRETO** afirmar que

- A) o exame formal dos títulos se circunscreve, em linhas gerais, aos planos da legalidade das formas extrínsecas e intrínsecas, da validade, própria dos negócios jurídicos, e à concordância de seu conteúdo com os assentos registrais, cabendo ao Registrador examiná-los à luz dos princípios normativos dos registros públicos, bem como das imposições das legislações tributária e previdenciária, sob pena de responsabilidade civil, criminal e funcional.
- B) o exercício da função qualificadora se cinge aos títulos extrajudiciais, posto que a legislação estabeleceu hierarquia dos títulos em razão de sua procedência, excluindo de tal exame prévio os títulos de origem judicial, por força da autoridade da coisa julgada.
- C) o Oficial Registrador, ao qualificar título de procedência judicial, pode controlar a legalidade da ordem mediante o exame da competência do Juízo, a congruência do mandado com o procedimento seguido, os fundamentos da decisão, as formalidades extrínsecas do instrumento apresentado e os eventuais obstáculos que surgirem do cotejo entre o título, os dados e os elementos contidos nos assentos anteriores, porque seu acesso ao serviço acarretará efeitos sobre terceiros não-intervenientes no processo, em face dos atributos constitutivo e publicitário *erga omnes* que emanam do registro público.
- D) o princípio da legalidade deixa a critério do Oficial Registrador, profissional do Direito que possui independência no exercício de suas atribuições, deixar de formular exigências antes de consumir o registro, pois o exercício da função qualificadora corresponde a ato administrativo de natureza discricionária.

Questão 59

É **CORRETO** afirmar que o princípio da especialidade do Registro Público implica

- A) a exigência da perfeita e correta identificação de tudo o que nele se lança, o que pode abranger o objeto do direito real sobre que recai o negócio jurídico, inclusive a dívida por aquele garantida, no que concerne a montante, juros, prazo e condições de pagamento, bem como a completa individualização dos sujeitos do registro, servindo, portanto, de indispensável apoio aos princípios da continuidade e da prioridade.
- B) a exigência da perfeita e correta identificação de tudo o que nele se lança, o que abrange o objeto do direito real sobre que recai o negócio jurídico, inclusive a dívida por aquele garantida, e a completa individualização dos sujeitos do registro, mas sua aplicação constitui exigência exclusiva do Registro de Imóveis.
- C) o asseguramento da constituição de direitos, seja quanto à situação jurídica do imóvel, seja no que concerne à situação de fato, isto é, aos dados de fato incluídos na sua descrição, entre eles, os concernentes à área.
- D) o impedimento do registro de título por meio do qual se faça alienação de imóvel *ad corpus*.

Questão 60

Considerando-se os princípios da presunção e da fé pública, é **CORRETO** afirmar que

- A) a ação de retificação do registro tem por objetivo restaurar o paralelismo entre a tábula e a realidade, podendo ser suscitada por nulidade material ou formal do título, mas não da própria inscrição.
- B) o cancelamento judicial do registro público pode ser direto ou indireto e não presuppõe pronunciamento com trânsito em julgado, visto que pode ser obtido mediante antecipação de tutela.
- C) o princípio da fé pública não restringe o alcance da ação de retificação do Registro Público, já que é oponível também ao terceiro adquirente de boa-fé, como meio de promover a segurança jurídica.
- D) os Códigos Civis de 1916 e de 2002 adotaram somente o princípio da presunção, que abrange todo e qualquer direito registrado — não apenas o direito de propriedade —, reforçando a eficácia do registro, sem, no entanto, a tornar saneadora, assim protegendo a segurança jurídica do titular do domínio em detrimento ao interesse do eventual adquirente deste.

➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos**

Questão 61

Considerando-se as funções do registro no Cartório de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar que o documento assim inscrito

- A) adquire eficácia legal, vinculando as partes envolvidas no cumprimento dos direitos e obrigações que descreve.
- B) afeta o objeto da relação jurídica, visando a criar o cadastro da propriedade móvel, como sucede com o registro de bens imóveis.
- C) prova a data do negócio, ante a obrigatoriedade da transcrição dos atos na seqüência da apresentação.
- D) tem garantidas sua perpetuação e sua conservação, mediante registro facultativo.

Questão 62

Considerando-se a realização do registro no Cartório de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar que, entre os negócios jurídicos a ele sujeitos, se inclui

- A) a cessão de crédito.
- B) a fiança.
- C) o contrato de locação.
- D) o penhor mercantil.

Questão 63

Considerando-se o instituto do penhor, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a lei civil dispensa o documento público para a constituição do penhor, mas a forma escrita é da essência do ato.
- B) a retenção e a apropriação dos frutos da coisa, em razão da posse, são efeitos imanescentes ao penhor.
- C) o penhor comum se constitui pela tradição e não, pelo registro no Cartório de Títulos e Documentos.
- D) os efeitos do penhor comum e de suas demais espécies sobre terceiros se produzem após o registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Questão 64

Considerando-se a validação dos direitos reais de garantia, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a especialização do penhor, da hipoteca e da anticrese consiste na enumeração pormenorizada, em documento, dos elementos caracterizadores da obrigação e da coisa dada em garantia.
- B) o credor, na expropriação judicial, não sendo o bem dado em garantia suficiente para pagar a totalidade da dívida, pode, pelo crédito sobejante, prosseguir a execução, com a garantia, até o integral pagamento.
- C) o pacto comissório é vedado aos credores de dívida garantida por penhor, por anticrese ou por hipoteca.
- D) o vencimento antecipado da obrigação garantida ocorre no caso de o devedor cair em insolvência ou falir.

Questão 65

Considerando-se a caracterização da propriedade fiduciária, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a propriedade de coisa móvel fungível é transferida, pelo Código Civil, como garantia ao credor, a título resolúvel.
- B) a venda da coisa independe de hasta pública ou de avaliação judicial.
- C) o alienante, com a constituição da propriedade fiduciária, continua na posse direta do bem pelo constituto possessório.
- D) o alienante não pode, na alienação fiduciária ligada ao mercado de capitais, exercer o direito de retenção pelas despesas realizadas.

Questão 66

Considerando-se a compra e venda com reserva de domínio, é **CORRETO** afirmar que, nesse tipo de pacto adjeto,

- A) a propriedade não se transfere com a tradição ao adquirente.
- B) a regra do *res perit dominus* incide, já que a propriedade do bem não é transferida ao comprador.
- C) o comprador se qualifica como depositário, sujeitando-se, assim, à prisão civil.
- D) o registro dele no Cartório de Títulos e Documentos, em se tratando de móveis, no domicílio do credor, é imprescindível para valer perante terceiros.

Questão 67

Sabe-se que a notificação pode ser judicial ou extrajudicial, caso em que deve ser realizada no Cartório de Títulos e Documentos.

Se optar por esta última forma, o credor deve considerar que há, no texto legal, expressa previsão para

- A) constituição em mora no caso de alienação fiduciária.
- B) constituição em mora no caso de venda com reserva de domínio.
- C) denúncia da locação por prazo indeterminado.
- D) exoneração dos fiadores e avalistas.

Questão 68

Considerando-se a escrituração no Cartório de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o registro mediante sistema de microfilmagem é facultado, dispensando-se, com isso, o lançamento prévio dos títulos, documentos e papéis no Livro **A**.
- B) o registro no Livro **B** pode ter por finalidade, entre outras, a conservação e a perpetuação do título ou documento.
- C) o registro no livro resumido torna o título operativo em relação a terceiros e, também, autêntica a data consignada.
- D) os documentos em língua estrangeira, para serem registrados por extrato, devem ser, necessariamente, traduzidos.

Questão 69

Considerando-se a realização do contrato de parceria e de arrendamento, é **CORRETO** afirmar que

- A) o contrato agrário pode ser interrompido no caso de alienação de imóvel rural, cabendo, então, ao alienante ressarcir os possíveis prejuízos do arrendatário ou do parceiro.
- B) o prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionado pelas partes, será de, no mínimo, três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita .
- C) os contratos agrários podem ser provados por testemunhas, desde que o contrato não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente ao tempo da celebração.
- D) uma remuneração fixa se verifica, na parceria e no arrendamento rurais, como contraprestação pelo uso do imóvel, independentemente do sucesso do empreendimento.

Questão 70

É **INCORRETO** afirmar que, entre os seguintes entes, o que se considera **despersonalizado** é

- A) a corporação.
- B) a herança jacente.
- C) a massa falida.
- D) o condomínio.

Questão 71

Considerando-se a adoção, pelo novo Código Civil, da teoria da empresa, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a sociedade controlada é aquela cujo capital é possuído por outra, que tem maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da Assembléia Geral e poder de eleger a maioria dos administradores daquela.
- B) a sociedade cooperativa tem como característica, entre outras, a vedação da transferência das cotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- C) o empresário casado pode, com a vênua conjugal, alienar os imóveis que integram o patrimônio de sua empresa ou gravá-los com ônus real.
- D) quem exerce profissão intelectual não é considerado empresário, salvo se o exercício da profissão constituir atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Questão 72

Analise estas afirmativas concernentes a constituição e funcionamento da fundação:

- I. Pode ser instituída por documento público ou testamento, com dotação especial de bens livres, destinação específica e forma de administração.
- II. Para que se possa alterar o Estatuto de uma fundação, faz-se necessária a aprovação de dois terços dos gestores ou representantes, vedada a alteração do fim a que se destina, desde que passando pelo referendo do *Parquet*.
- III. O novo Código Civil diminuiu o prazo — de um ano para 10 dias — para a minoria vencida arguir a nulidade de uma alteração estatutária.
- IV. Constituída uma fundação, em razão do princípio da irrevogabilidade da declaração de vontade do instituidor, este é obrigado a transferir os bens dotados, sob pena de suprimimento judicial.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- D) as quatro afirmativas estão corretas.

Questão 73

Considerando-se as funções do Serviço de Pessoas Jurídicas, é **CORRETO** afirmar que, nele, são registráveis

- A) as associações religiosas, as sociedades não-empresárias e as cooperativas.
- B) as cooperativas, os pactos antenupciais dos empresários e as fundações.
- C) as fundações, as associações desportivas e as sociedades em comandita simples.
- D) as sociedades simples, as sociedades por ações e as sociedades em comum.

Questão 74

Considerando-se a cobrança dos emolumentos nos contratos de arrendamento que envolvem safras de café sem valor declarado, é **INCORRETO** afirmar que,

- A) em sendo o contrato de prazo determinado, o enquadramento tem como parâmetro o valor de R\$ 240,00, multiplicado pelo número de meses de vigência deste.
- B) em sendo o contrato de prazo indeterminado, o enquadramento tem como parâmetro o valor de R\$ 2.880,00.
- C) envolvendo bens patrimoniais de valor não declarado, o enquadramento do contrato de comodato, da carta de anuência ou da parceira agrícola também obedece às mesmas regras estabelecidas de cotação de emolumentos.
- D) seja o contrato por prazo determinado ou indeterminado, o enquadramento tem como limite o valor de R\$ 2.880,00.

Questão 75

Considerando-se a classificação legalmente estabelecida de bens, é **INCORRETO** afirmar que são considerados(as) **móveis**

- A) as pertenças com destinação mobiliária.
- B) os direitos à sucessão aberta.
- C) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- D) os direitos reais sobre objetos móveis e ações correspondentes.

Questão 76

Considerando-se a realização de contrato de arrendamento mercantil, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a aquisição pelo arrendatário de bens arrendados em desacordo com as disposições legais desnatura o negócio jurídico para uma compra e venda a prestação.
- B) as instituições financeiras captadoras de depósitos à vista e que operem crédito imobiliário estão autorizadas a promover arrendamento imobiliário especial, com opção de compra dos imóveis que tenham arrematado, adjudicado ou recebido em dação ou em pagamento.
- C) o inadimplemento do devedor torna admissível a busca e apreensão do bem arrendado, bem como sua conversão em depósito, visando-se, desde logo, à sua restituição.
- D) o preço de compra e venda corresponde ao total das contraprestações pagas durante a vigência do arrendamento, acrescido da parcela paga a título de aquisição.

Questão 77

Sabe-se que, para a validade dos contratos, é imprescindível a manifestação da vontade das partes contratantes.

Assim sendo, considerando-se os defeitos dos negócios jurídicos classificados como vícios de consentimento, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a **lesão** consiste na prestação desproporcional a que se obriga alguém em razão de sua inexperiência ou premente necessidade.
- B) a **simulação** consiste na realização de um negócio jurídico verdadeiro, mas feito com intuito de prejudicar terceiros ou de burlar a lei.
- C) o **erro** consiste numa noção inexata sobre alguma coisa ou pessoa, que dá uma falsa concepção da realidade.
- D) o **estado de perigo** consiste no temor de grave dano ao contratante ou a outrem, mesmo que não seja familiar, dano que impõe assumir uma obrigação excessiva.

Questão 78

A e **B** formularam um negócio jurídico de compra e venda de um bem imóvel, consistente em um lote de 250 m², urbano, no valor de R\$ 8.000,00, mediante instrumento particular. Na qualidade de adquirente, **A** levou o documento a registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Na oportunidade, o Registrador suscitou dúvida junto ao Juiz competente, ao argumento de que, embora o registro no Cartório de Títulos e Documentos tenha atribuição supletiva em relação aos demais registros, a compra e venda de imóveis depende da forma pública, sendo, portanto, da competência do Tabelionato de Notas, enquanto o registro do título translativo de domínio por ato *inter vivos* ou *causa mortis* é da atribuição exclusiva do Cartório de Registro de Imóveis.

Considerando-se a situação descrita, é **CORRETO** afirmar que, nesse caso, a decisão consiste em o Juiz julgar a dúvida

- A) **improcedente**, cabendo à parte interessada apresentar novamente os documentos para que o Registrador, à vista do mandado ou da certidão da sentença, proceda ao registro, lançando no protocolo o resultado.
- B) **procedente**, devolvendo à parte interessada os documentos trazidos e dando ciência também ao Registrador para lançar no protocolo o deslinde e proceder ao cancelamento da prenotação.
- C) **procedente, em parte**, tão somente com relação à atribuição conferida ao Cartório de Registro de Imóveis para o registro do título translatício de domínio de direitos reais, já que, supletivamente, o contrato particular pode ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos, embora sem os fins específicos daquele outro Cartório.
- D) **procedente, em parte**, tão somente com relação à atribuição conferida ao Tabelionato de Notas para a lavratura da escritura pública, que é da essência do ato, já que o documento público pode ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos supletivamente.

Questão 79

Considerando-se a natureza e caracterização das certidões e traslados, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a certidão pode ser de inteiro teor, em resumo ou em relatório, conforme quesitos, devendo ser fornecida no prazo máximo de cinco dias.
- B) as certidões, por força do princípio da instância, devem obedecer às especificações do pedido, inobstantes as alterações posteriores.
- C) ambos são considerados instrumentos públicos, uma vez tendo sido os originais produzidos em Juízo, como prova de algum ato.
- D) ambos têm força probante idêntica ao instrumento ou documento lançado nos livros do Serviço.

Questão 80

Considerando-se as implicações da cessão de crédito, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a cláusula proibitiva da cessão de direitos, em havendo previsão no instrumento, pode ser oposta, ainda que o cessionário esteja de boa-fé.
- B) o cedente, de regra, se responsabiliza pela solvabilidade do devedor, vez que, pelo instituto da cessão, não há substituição absoluta, na posição contratual, entre cedente e cessionário.
- C) o devedor é considerado notificado da cessão de crédito se declara a ciência do ato em escrito público ou particular.
- D) o devedor, em tendo sido notificado de mais de uma cessão, fica desobrigado se paga ao cessionário que lhe apresente, como título de cessão, o da obrigação cedida.